

Tramitação de ações na Justiça sobre saúde levam até 457 dias

# Tramitação de ações na Justiça sobre saúde levam até 457 dias

Tempo médio da inicial até o julgamento subiu de 267 dias, em 2020, para 324, em 2021; fornecimento de medicamentos é mais procurado

**BEATRIZ MIRELLE**  
beatrizmirelle@dgabc.com.br

O julgamento de ações com tema de saúde levaram até 457 dias para um desfecho nos Fóruns da região em 2021, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O maior tempo de espera foi na Justiça de São Caetano, onde o período máximo de tramitação em 2020 era de 174 dias (veja arte ao lado).

Mesmo com o tramite lento, entre 2020 e 2021, foram registrados 1.200 novos processos relacionados à saúde no Grande ABC. Os casos de fornecimento de medicamentos foram os mais expressivos, ao somarem 500 processos nos Fóruns da região (41,7% do total).

Os processos de tratamento médico-hospitalar, como cirurgias e denúncias por erros médicos, ficam em segundo lugar entre os mais recorrentes (22,4%).

De acordo com o advogado José Santana Júnior, especializado em direito médico, a pandemia é a principal justificativa para a demora na tramitação. Apesar disso, os processos de saúde têm um retorno rápido. “Nos primei-

ros dias, já conseguimos o objetivo da ação, seja falta do remédio ou pedido de cirurgia. Todos os processos, não apenas de saúde, sofreram interferências por causa da crise sanitária. O que leva mais tempo é o julgamento, o parecer se haverá indenização, por exemplo. Isso pode chegar até um ano e meio.”

Com o isolamento social, o advogado esclarece que os funcionários não iam aos Fóruns e muitas documentações seguiam de forma remota. “O andamento do sistema judiciário foi prejudicado, mas os juízes estiveram de plantão para questões de saúde, que são sempre urgentes. A gente pede a liminar e a decisão é rápida considerando a gravidade de cada situação.”

A ausência de medicamentos do SUS (Sistema Único de Saúde) se dá pela altas solicitações no setor público. Em relação ao tratamento médico-hospitalar, Santana Júnior afirma que a educação durante a pandemia também influenciou a demanda por processos deste tema.

“Nos últimos anos da faculdade de medicina, os estudantes sofreram muito. Começaram a trabalhar antes para



ALTERNATIVA. Tribunal de Justiça cria plataforma para solicitar remédios previstos na lista do SUS

TEMPO MÉDIO PARA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ATÉ O JULGAMENTO (dias)

	2020	2021
Santo André	189	253
São Bernardo	378	278
São Caetano	174	457
Diadema	199	302
Mauá	194	216
Ribeirão Pires	234	234
Rio Grande da Serra	503	531
Grande ABC	267	324

Fonte: CNJ Conselho Nacional de Justiça

Gráfico: Mariana Estreya de Araujo

atuar na linha de frente contra a Covid-19. Perderam aulas e cometeram erros”, relembra.

“Outras doenças também continuaram acontecendo. Os hospitais não estavam prepa-

rados para lidar com tantos casos e adiaram ou suspenderam muitas cirurgias. Além disso, diversos profissionais dobraram os turnos e isso gera consequências para a efetividade dos procedimentos.”

**SOLICITAÇÕES**

Para desafogar o sistema judiciário, o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) criou a plataforma Cejusc Saúde (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na Área da Saúde)

em dezembro. Nela, o cidadão pode solicitar o fornecimento de remédios previstos na lista do SUS, mas que estão indisponíveis nos postos. “Todos têm direito à saúde e o novo sistema é uma alternativa à judicialização, oferecendo uma resposta rápida e menos custos para todos os envolvidos”, disse a desembargadora do TJ-SP Vera Angrisani em nota.

O portal é um convênio entre Justiça Estadual de São Paulo, Justiça Federal, Ministério da Saúde, Governo do Estado, Prefeitura de São Paulo, Cosems-SP (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde), Ministério Público e Defensoria Pública.

“A plataforma é uma maneira de diminuir a demanda do judiciário. Sempre recomendamos que antes de entrar com o processo, o cidadão esgote todas as solicitações administrativas e essa é mais uma alternativa”, aconselha Santana. No site do TJ-SP, reforça-se também que caso a questão não seja solucionada, o cidadão poderá ingressar com processo na Justiça.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1